

Excelentíssimo Senhor Conselheiro Substituto Adonias Monteiro, Relator nos autos da Denúncia de nº. 1088850:

Denunciante: Sérgio Sales Machado Júnior

Responsáveis: Carla Soares Diogo, João Afonso Dias e Geraldo Batista Trindade

RESUMO: Apontamentos realizados pela CFAA – Portaria nº. 114/2021 – Nomeação dos responsáveis pela organização do processo seletivo público – Edital nº. 02/2021 – atribuições dos membros da Comissão que cingem somente aos aspectos da organização do processo seletivo e não quanto à legalidade de possíveis contratações – processo seletivo público realizado de forma regular com publicação do edital e transparência, sem quaisquer intercorrências durante o processo, seja na interposição de recursos administrativos ou de ordem judicial

CARLA SOARES DIOGO, JOÃO AFONSO DIAS E GERALDO BATISTA TRINDADE, membros da Comissão Especial nomeada para a organização do processo seletivo público – Edital nº. 02/2021, nos termos da Portaria nº. 114, de 29 de julho de 2021, vêm, a presença de Vossa Excelência, através de seu advogado constituído, mandato de procuração incluso: *Marco Túlio Gomes Silveira*, brasileiro, casado, inscrito na OAB/MG sob o nº. 97.052, titular do e-mail: marcotulio@silveiraeoliveira.com.br, apresentarem

ESCLARECIMENTOS QUANTO AOS APONTAMENTOS TÉCNICO NO RELATÓRIO DO CFAA

Pelas razões que adiante passam a expor:

1) - Das atribuições previstas aos membros da Comissão Especial no Processo Seletivo - Edital nº. 02/2021

A Portaria nº. 114, de 29 de julho de 2021 cuidou de nomear os membros da Comissão Especial responsáveis pela organização do processo seletivo público – Edital nº. 02/2021.

As atribuições previstas aos membros para tal mister são aquelas previstas no art.2º da mencionada Portaria, o qual dispõe:

Art.2º. Os membros nomeados por esta Comissão Especial terão por incumbência a organização, o acompanhamento e a fiscalização de todos os procedimentos relativos ao processo seletivo público de contratação de servidores.

Dessa forma, conclui de forma muito clara que atribuições previstas aos membros desta Comissão Especial, como via de regra de toda comissão especial para a realização de concurso público ou processo seletivo, **são somente aquelas referentes à organização, o acompanhamento e fiscalização dos procedimentos relativos ao processo seletivo**, não se incluindo aí no rol de atribuições determinadas no ato administrativo qualquer competência quanto a análise dos aspectos da legalidade na contratação temporária de ACS e ACE, uma vez que tal atribuição, caso fosse possível, estaria totalmente divorciada da capacidade técnica de tais nomeados, que são somente servidores públicos do Município, não possuindo estes quaisquer conhecimentos técnicos ou jurídicos para aferir uma possível legalidade ou ilegalidade nas contratações temporárias para os cargos de ACS e ACE.

2) - Sobre o procedimento na realização do processo seletivo público - Edital nº. 02/2021

Conforme já mencionado acima, as atribuições dos membros da Comissão Especial foram somente quanto a organização e fiscalização dos procedimentos relativos ao processo seletivo.

No que compete aos membros desta Comissão manifestar, pode se dizer que a organização na realização do processo seletivo ocorreu de forma normal, com a realização das provas objetivas em horários determinados e distintos e em espaços físicos propícios à realização das provas, **sem quaisquer intercorrências de qualquer ordem**.

Na fiscalização dos procedimentos do processo seletivo público em si, também não se registrou a ocorrência de qualquer ato procedimental que violasse os preceitos do Edital nº. 02/2021, tendo sido todos os procedimentos realizados em respeito às normas previstas no edital.

Pode-se registrar, ainda, que o processo de realização do processo seletivo público – Edital nº. 02/2021 ocorreu com publicação do extrato do edital no Diário Oficial do Município (doc. em anexo), de forma ampla e transparente, **sem registro de impugnações ao Edital nº. 02/2021**, com a possibilidade de inscrição dos candidatos no certame tanto na sede da própria Prefeitura Municipal como no site disponibilizado pela empresa contratada na sua realização, **sendo ainda respeitados todos os prazos previstos no cronograma do Edital até a divulgação do resultado do certame**.

E o resultado deste processo seletivo, diante de sua completa regularidade procedimental, foi a inexistência de quaisquer intercorrências de ordem administrativa durante o processo de sua execução, seja pela ausência de interposição de recursos pelos candidatos, seja pela

ausência de qualquer pleito judicial pelos candidatos questionando a lisura e legalidade dos procedimentos então adotados.

3) - Conclusão

Por todo o exposto, são as informações a serem prestadas ao Ilustre Relator dessa Corte de Contas, em relação aos apontamentos constantes no Relatório da CFAA, no que tange as atribuições que foram acometidas aos membros desta Comissão Especial, nos termos da Portaria nº. 114, de 29 de julho de 2021.

Nesses termos pede e espera deferimento.

Presidente Bernardes-MG, 17 de fevereiro de 2022.

Marco Túlio Gomes Silveira

Advogado – OAB/MG 97.052